

Violência eleitoral volta a reacender

Depois de relativa tranquilidade ao longo da semana passada, a violência eleitoral reacendeu nos últimos dias. As principais tendências incluem confrontação entre caravanas em campanha eleitoral, com o destaque para as caravanas da Frelimo e Renamo; ameaças praticadas nas aldeias, por desconhecidos, contra famílias apoiantes dos partidos da oposição e, ultimamente há ameaças contra os observadores da sociedade civil, com particular destaque para os observadores do Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD) e Comissão Episcopal de justiça e Paz da Igreja Católica (CEJP).

- Em Monapo, na província de Nampula, um membro e ex-guerrilheiro da Renamo foi apedrejado até perder sentidos e um outro brutalmente espancado pelos membros e simpatizantes da Frelimo. O acto ocorreu durante o final da semana passada.
- Em Nacala-Porto, na província de Nampula, o cruzamento entre caravanas da Frelimo e da Renamo saldou em 19 feridos, entre ligeiros e graves. Três membros da Renamo foram deti-

dos pela polícia. Nenhum membro da Frelimo foi detido.

- Na Cidade de Nampula, três observadores do CDD foram agredidos enquanto faziam cobertura da campanha da Renamo. O facto ocorreu quando a caravana da Renamo se cruzou com a da Frelimo, tendo culminado em pancadaria. O incidente ocorreu no final da semana passada.
- Em Catandica, província de Manica, três membros da Frelimo foram raptados para o quartel da Renamo e espancados pelos militares. O caso sucedeu durante o final da semana passada.
- Em Gondola, o administrador distrital é acusado de ameaçar de morte e intimidar membros da Renamo, para além de ter impedi-los de fazer a campanha em locais como Mucorodzi, Mudima, Chioza.
- Em Tambara, Posto Administrativo de Nhacolo, o Chefe da Localidade de Casado foi detido pela polícia por vandalizar o material de propaganda da

Renamo.

- Na Beira, província de Sofala, dois jovens contraíram ferimentos após um acidente numa motorizada. O facto ocorreu no domingo passado, 22 de Setembro na avenida 24 de Julho, no Bairro da Manga, quando os dois indivíduos exerciam a sua marcha no âmbito da campanha do partido Frelimo.
- Em Montepuez, concretamente no bairro de Merige, na província de Cabo Delgado, membros de Movimento Nacional para a Restauração na Unidade Moçambicana (MONARUMO) têm vindo a sofrer ameaças dos líderes locais, devido ao acto de mobilização de eleitores para votarem no seu partido. Os líderes locais ameaçam de morte os membros de MONARUMO no caso de a Frelimo perder as eleições de 15 de Outubro próximo naquele distrito, à semelhança do quase ocorrido na eleição autárquica de 10 de Outubro de 2018, na qual a Frelimo venceu com apenas 51% de votos.



Monitores do CDD denunciando actos de agressão às autoridades da Cidade de Nampula

Intolerância política na província de Inhambane: Frelimo obstrui campanha do MDM

O ponto mais alto da obstrução aconteceu no distrito de Vilankulo, onde membros e simpatizantes da Frelimo inviabilizaram a passagem da caravana do MDM e seu candidato presidencial, Daviz Simango, quando este pretendia exercer a sua actividade de

campanha eleitoral. O episódio ocorreu na tarde de 26 de Setembro, no posto Administrativo de Vilankulo-Sede.

Quando a Frelimo apercebeu-se que Daviz Simango estava prestes a chegar à Vila-Sede, preparou dois grupos de choque para o

impedir de entrar naquele local. De facto, assim que Daviz Simango chegou, os dois grupos de choque da Frelimo atacaram de imediato sua caravana. Como sempre pacífico, Daviz Simango sentiu-se forçado a abandonar aquela vila municipal rumo à localidade de Belane.

... Frelimo e Renamo obstruem observação eleitoral do CDD/CEJP

Nos distritos de Murrombene, Vilankulo, Guvuro, Massinga e Panda, a Frelimo e a Renamo têm inviabilizado o trabalho dos observadores do CDD/CEJP de proceder com a observação eleitoral. A Frelimo

ameaçou os nossos observadores com o despedimento dos seus pais da função pública caso aqueles continuassem a fazer o trabalho de observação eleitoral naqueles distritos. A Frelimo também impôs como condição

que a partir de agora todos os relatórios de observação eleitoral deveriam previamente passar do primeiro secretário da Frelimo para efeito da sua censura e só depois é que serão encaminhados às suas organizações.

Cresce o número de vítimas mortais na campanha da Frelimo

A campanha eleitoral já se encontra na sua quarta semana. As caravanas e os comícios da Frelimo e seu candidato, Filipe Nyusi, continuam semeando luto nas famílias moçambicanas, isso para além de deixar outros cidadãos gravemente feridos. Na maioria dos casos, os óbitos são resultantes de acidentes de viação. Abaixo segue a cronologia de acidentes mortais na campanha da Frelimo:

- 11 de Setembro – 10 pessoas perderam a vida (notar que por obstrução ao acesso a informação, este número de mortes não teve confirmação independente) e outras 85 contraíram ferimentos entre graves e ligeiros, na Cidade de Nampula, na província com mesmo nome, após o comício da Frelimo e de Filipe Nyusi no estádio 25 de Junho;
- 22 de Setembro – cinco membros e



simpatizantes da Frelimo morreram e mais de 50 contraíram ferimentos entre graves e ligeiros, na província de Tete, Distrito de Chitima, concretamente no Posto Administrativo de

Songo. O camião que provocou a morte carregava mais de 50 pessoas ao tentar descer uma descida que se considera ser perigosa, não conseguiu e capotou;

- 26 de Setembro – cinco membros e simpatizantes da Frelimo faleceram e outras 18 contraíram ferimentos, entre graves e ligeiros, na província de Cabo Delgado, distrito de Balama, concretamente no posto Administrativo de Kwekwe. O acidente ocorreu na sequência do capotamento da viatura que transportava membros e simpatizantes da Frelimo, devido ao deslocamento de uma das rodas frontais do camião.

COMENTÁRIO 1:

A principal causa dos acidentes de viação e do elevado número de mortes nas campanhas eleitorais são as condições em que as pessoas são transportadas. As pessoas viajam em extrema insegurança, colocando muitas vidas em perigo. Na verdade ninguém se interroga sobre as questões de segurança nas quais as pessoas são carregadas nos camiões, das suas localidades para os locais dos comícios. Nas cidades, os meios de transporte usados têm relativa segurança, mas nos distritos usa-se camiões que na sua maioria tem explícitos problemas mecânicos e excedem a sua capacidade máxima, em termos de peso líquido estabelecido aqueles meios de transporte.

A polícia é conivente. Estas situações de clara violação de direitos humanos ocorrem perante olhar impávido e sereno das autoridades policiais que muitas das vezes acompanham os camiões sem mínimas condições para transportar gente. Estes camiões se fossem a um mínimo teste de inspeção rodoviária não seriam aprovados, mas na campanha eleitoral circulam carregados de gente nas principais artérias deste país. São um autêntico perigo em movimento. O objectivo dos concorrentes e partidos políticos é apenas ver as molduras humanas fazendo propaganda e campanha eleitorais. O risco de vida a que as pessoas são expostas é secundário.

Intensifica a Recolha de cartões de eleitor

Acto ilegal e de intimidação configura violência política nas aldeias

O CDD tem estado a denunciar este acto ilegal e de clara violência política nas aldeias, mas nenhuma autoridade do Estado, nem os órgãos eleitorais se pronunciaram sobre o assunto. O que tende a ficar claro é que a recolha de cartões de eleitor ocorre nos perímetros das assembleias de voto onde, no passado, a Frelimo perdeu as eleições. A recolha de cartões de eleitor está a intensificar-se à medida que a votação se aproxima. Eleitores denunciam expropriação de cartões de eleitor em troca de camisetes

do partido Frelimo e de seu candidato Filipe Nyusi, com destaque para as províncias de Inhambane, Niassa, Cidade de Maputo, Gaza e Tete. As pessoas que recolhem os cartões de eleitor são conhecidas: chefes das dez casas, uma estrutura político-administrativa não coberta pela Lei dos Órgãos Locais do Estado, a Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio, uma herança dos antigos grupos dinamizadores. A expropriação de cartões de eleitor aos cidadãos, por pessoas estranhas às autoridades eleitorais é, para além de

violação à lei, parte dos instrumentos de violência política. Em 2018, nas eleições autárquicas, eleitores ficaram impossibilitados de votar, porque os seus cartões tinham sido recolhidos por estruturas político-administrativas fiéis ao partido Frelimo.

As vítimas temem por um lado, não poderem votar a 15 de Outubro próximo no caso dos que não tem outro documento de identificação válido, e por outro, a possibilidade de alguém poder votar por eles.



Acto da recolha de cartões de eleitor e levantamento de dados eleitorais, Tete

COMENTÁRIO 2

Este tipo de actos configura crime público. Como tal, as autoridades judiciais, particularmente o Ministério Público, não devia esperar por denúncias para investigar e agir.

Órgãos eleitorais guardam silêncio sobre Cabo Delgado

Na anterior edição, o CDD-E abordou a situação de crescentes ataques nos postos Administrativos do distrito de Macomia e a consequente interrupção da campanha eleitoral naquele distrito, devido ao clima de medo que se instalou, mas também pelo facto de a população estar a abandonar o distrito e ir procurar refúgio noutros pontos do país. Ainda na edição passada, o CDD-E deu a indicação de que a votação estaria incerta naquele distrito por causa do clima de medo se tinha generalizado e também porque a população estava a refugiar-se noutros distritos e porque os locais previstos para o funcionamento

das mesas das assembleias de voto foram destruídos e os bairros estão desertos.

Os órgãos eleitorais (CNE e STAE) estão silêncio, não se pronunciaram sobre os incidentes da província de Cabo Delgado. A grande interrogação é se serão constituídos ou não mesas das assembleias de voto nos locais onde se registam ataques.

Vítimas de ataques armados (Mocímboa da Praia, Macomia, Mueda, Chiure, Palma, Ibo, entre outros distritos).

O Presidente da Comissão de Eleições Distrital de Mocímboa da Praia, Anselmo Amise Midjai, havia marcado um encontro para as 14h de 26

de Setembro, a ter lugar no Clube Municipal da Mocímboa da Praia, para esclarecer o seu plano em relação as populações impossibilitadas de votar nos locais onde se recensearam, na sequência dos ataques. Porém, à última da hora o encontro foi adiado por razões estranhas (falta de chaves para abertura dos portões).

Nas vilas de Mocímboa da Praia, Macomia, Mueda, Chiure, Palma e Ibo não há centros de acomodação para os deslocados de insurgências, ou seja, a população está entregue à sua sorte. Com isto a acontecer, as pessoas estão dispersas, por isso, as reservas do CDD-E sobre a realização de votação naquelas zonas.

Depois da denúncia do uso de viaturas públicas, a Frelimo veda matrículas por panfletos

Após denúncias de uso de viaturas do Estado – identificadas através de chapas de matrículas – para fins eleitorais, os partidos políticos com particular destaque para a Frelimo começaram a inovar: as chapas de

matrículas são vedadas com panfletos.

O mais problemático é o facto de estas viaturas com matrículas vedadas estarem a circular publicamente e as autoridades

não lançarem a mão sobre elas, situação que confirma o que o CDD-E tem vindo a referir: as instituições do Estado estão subordinadas aos interesses do partido Frelimo.



Decorridas quatro semanas da campanha: alguns partidos ainda não saíram à rua

Passam quase quatro semanas desde que a campanha eleitoral iniciou e alguns partidos ainda não se fizeram à rua para apresentar a sua oferta (manifesto eleitoral) junto dos eleitores.

O CDD-E estabeleceu contacto com cada um dos concorrentes que ainda não saiu às ruas para fazer campanha e constatou que todos justificam-se com a insuficiência de recursos, e, por via disso, sua campanha só

será notória a partir da primeira semana de Outubro.

Os partidos PEMO, PUR, PPPM, PLD, MPD, UM e UD disseram, na voz dos seus presidentes, que a primeira tranche que receberam da CNE esgotou-se na aquisição do material de campanha, não tendo sobrado nenhum valor para cobrir as despesas logísticas no terreno, razão por que não saíram à rua nas primeiras semanas.

Desde os tempos do Trust Fund das ONUMOZ, em 1994, os fundos do Estado para apoiar a campanha eleitoral dos partidos políticos tem sido o momento para os partidos pequenos tirarem a barriga da miséria. Neves Serrano foi o caso emblemático em 1994 que esbanjou os perto de \$50.000 na compra duma viatura bastante estragada e não fez campanha eleitoral.

Reduzir a duração da campanha eleitoral?

Por lei, a campanha eleitoral dura 45 dias, em Moçambique. O país é longo; a população está muito dispersa e a infraestrutura de transportes e comunicações é deficitária. Em 1994 e 1999, o país ainda tinha o desafio das minas terrestres que acrescentavam os obstáculos de transporte. Neste período, não havia televisão. O tempo passou. A sociedade moçambicana se modernizou e ampliou a conexão norte – sul e este – oeste.

O país aprofundou a descentralização e com a ela o Estado ficou mais próximo dos cidadãos. A população moçambicana que acompanha a política sabe o que a Frelimo representa. Sabe o que a Renamo representa. Também sabe o que o MDM representa, e assim em diante com os restantes partidos. Os candidatos – principalmente os que concorrem pela primeira vez, querem ter a oportunidade de manter um contacto

físico com a população, por isso, desejam percorrer todos os pontos do país para serem conhecidos, no entanto nem em 45 dias isso se consegue!

No actual formato, a campanha eleitoral é cansativa e tende a ir no sentido contrário da atracção da atenção dos potenciais eleitores. Quanto mais longo o tempo, mais acidentes são registados, mais ilicitudes são registadas e mais tensão política se gera, movida também

pelo cansaço. A mensagem dos candidatos já é conhecida através da televisão e dos demais meios de comunicação social que não existiam há duas décadas.

Os partidos políticos devem fazer campanha eleitoral ao longo dos 5 anos que separam

uma eleição da outra e usar o tempo da campanha eleitoral propriamente dito e estabelecido na lei para a mobilização eleitoral para a votação. Devem usar a comunicação social para a comunicação política considerando fundamentalmente

que o eleitorado é cada vez mais jovem. Para o CDD, trinta (30) dias de campanha eleitoral e 2 dias de reflexão é o que Moçambique precisa, considerando o actual estágio do desenvolvimento político e socioeconómico do país.



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editora: Selma Inocência
Equipa Técnica: Prof. Adriano Nuvunga, Selma Inocência, Narciso Cossa, Deborah Capela; Denise Cruz; Agostinho Machava
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

 Centro para Democracia e Desenvolvimento

[CDD_eleicoes](#) | **E-mail:** info@cddmoz.org | **Website:** www.cddmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz,
Igreja Católica



COUNTERPART
INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Embaixada da Suíça em Moçambique



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO